### **Empresas** Infraestrutura

Energia Ainda sem regra definida, agência reguladora começa discutir processos que vencem entre 2015 e 2017

# Aneel inicia renovação das distribuidoras

Rodrigo Polito

Do Rio

Enquanto as atenções do setor elétrico estão voltadas para o estouro do preço de energia no mercado de curto prazo e o nível crítico de armazenamento dos reservatórios hidrelétricos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deu o primeiro passo para discutir a renovação dos contratos de concessão das distribuidoras que vencem em entre 2015 e 2017. Embora o Ministério de Minas e Energia (MME) ainda não tenha definido as diretrizes para a renovação dos contratos, a agência sorteou na última semana os diretores que serão relatores dos processos do primeiro grupo de 22 empresas.

Na primeira leva, estão nomes de peso como a mineira Cemig (maior distribuidora do país em número de clientes) e a paranaense Copel. Também estão na lista algumas concessionárias da CPFL e do grupo Rede em processo de transferência para a Energisa. A relação conta ainda com a Eletroacre, distribuidora da Eletrobras no Acre, e a Companhia de Eletricidade Amapá (CEA), que está em fase processo de federalização pela estatal.

Para a Eletrobras, a renovação dos contratos é fundamental para uma possível venda dessas empresas no futuro. A venda é uma das alternativas em estudo para melhorar a saúde financeira da estatal, abalada pela perda de cerca de R\$ 8 bilhões de receita anual com a renovação onerosa das concessões de geração e transmissão, no âmbito da Medida Provisória 579/2012, transformada na Lei 12.783/2013.

Todas as seis distribuidoras da Eletrobras têm contrato com vencimento em 2015. Também se encontram nessa situação as três empresas em fase de federalização. Além da CEA, a Eletrobras vai assumir o controle da Celg (Goiás) e da CERR (Roraima).

"A Eletrobras está confiante de que as concessões serão renovadas", informou a estatal, em nota ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

De acordo com a Aneel, ainda não há um cronograma definido para o processo de prorrogação das concessões. O MME também não tem um prazo oficial para a

divulgação das diretrizes que deverão ser seguidas pela agência. A expectativa no mercado, porém, é que elas sejam divulgadas ainda no primeiro semestre.

Segundo uma fonte do setor, as distribuidoras aceitaram o recente pacote de socorro ao setor elétrico em troca de um avanço nas discussões sobre a renovação das concessões. "As distribuidoras estavam muito quietas e pouco combativas na véspera do anúncio do pacote. Isso é um indicativo de que as distribuidoras estavam costurando alguma coisa com o governo", disse ela.

Na semana do anúncio das medidas de socorro ao setor, o MME realizou pelo menos dois encontros com a participação de agentes do segmento de distribuição. Estiveram na sede do ministério, em Brasília, naquela semana, o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite; o presidente da AES Brasil, Britaldo Soares; e representantes de Neoenergia, CPFL e Cemig, empresas que atuam no mercado de distribuição.

Embora a expectativa no mercado seja de que as regras para a

#### **Novo desafio**

Primeiro grupo de distribuidoras cuja concessão vence entre 2015 e 2017

Empresa	Estado	Prazo de vencimento da concessão	Empresa	Estado	Prazo de vencimento da concessão
Forcel	PR	jul/15	Empresa Força e Luz Urussanga	SC	jul/15
CEA	AP	jul/15	CPFL Leste Paulista	SP	jul/15
CPFL Mococa	SP	jul/15	Copel	PR	jul/15
CPFL Jaguari	SP	jul/15	Cocel	PR	jul/15
João Cesa	SC	jul/15	Demei	RS	jul/15
Iguaçu	SC	jul/15	CNEE	SP	jul/15
CPFL Santa Cruz	SP	jul/15	Bragantina	SP	jul/15
CPFL Sul Paulista	SP	jul/15	Vale Paranapanema	SP	jul/15
DME Distribuição	MG	jul/15	Caiuá Distribuição	SP	jul/15
Cooperaliança	SC	jul/15	CFLO	PR	jul/15
Eletroacre	AC	jul/15	Cemig	MG	fev/16
Fonto: Angel					

renovação dos contratos das distribuidoras serão menos "pesadas" em relação às aplicadas para geradoras e transmissoras na MP 579, tudo indica que a renovação dos contratos de distribuição não será um processo tranquilo.

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da Energisa, Maurício Botelho, as empresas estão na primeira renovação e, por isso, seus contratos devem ser prorrogados pela

legislação anterior à MP 579. "É entendimento nosso que esta seria a primeira renovação. Esta primeira leva [de empresas] estaria dentro dessa legislação [anterior à MP 579]", disse o executivo, em teleconferência com analistas na última semana.

Para Érico Brito, da consultoria Excelência Energética, porém, as regras em estudo pelo governo não deverão ser tão rigorosas como o mercado espera. "Os ciclos de revisão tarifária espremeram cada vez mais as distribuidoras. Não tem como cortar mais [os ganhos das distribuidoras] para aumentar a qualidade do serviço", afirmou ele. "Chegou-se a um patamar muito alto. A Aneel não tem mais para onde ir, a não ser criar formas de comparar ativos reais entre as empresas, considerando o mercado que elas atendem [para medir a eficiência das empresas]", completou.

# Belo Monte recebe aval do Ibama para desmatar área de reservatório

De Brasília

O consórcio Norte Energia obteve autorização do Ibama para iniciar o desmatamento das áreas que vão abrigar o reservatório da hidrelétrica de Belo Monte, em construção em Altamira (PA), no rio Xingu. A autorização de "supressão vegetal", assinada pelo presidente do Ibama, Volney Zanardi Júnior, permite ao consórcio fazer o desmatamento de uma área total de 9.112 hectares, equivalente a 91 km quadrados.

Desses 9.112 hectares, 3.824 estão localizados em áreas de preservação permanente (APP). Para compensar a retirada da vegetação nessas áreas protegidas, o consórcio será obrigado a recuperar a vetamanho na região que sofre influência direta do empreendimento. As exigências incluem ainda o

beneficiamento no próprio local da madeira extraída. Pelas regras ambientais, não é mais permitido o enchimento do lago de hidrelétricas sem que a vegetação do local seja completamente retirada.

A Norte Energia quer iniciar o enchimento de seu reservatório até o fim deste ano. O acionamento da primeira turbina de Belo Monte, segundo o consórcio, está mantido para fevereiro do ano que vem. A autorização de desmatamento dada pelo Ibama não permite, porém, que o consórcio inicie o enchimento do lago assim que concluir a retirada da vegetação. Para isso, é necessário que o consórcio comprove que cumpriu todas as ações compensatórias da licença de instalação das obras.

A área total do reservatório que será formado por Belo Monte é de 503 quilômetros quadrados, dos quais 228 km correspondem ao próprio leito natural do rio Xingu,

Apesar de as novas autorizações liberarem o desmatamento nas áreas do reservatório, a retirada de vegetação já avança a passos largos na região, por conta da construção da usina e de seus canteiros de obras. A destinação de milhares de toneladas de madeira extraídas de Belo Monte é criticada pelo Instituto Socioambiental (ISA), com base em pareceres técnicos elaborados por agentes do Ibama que monitoram a obra.

Desde o fim de 2012, afirma a organização, analistas ambientais têm constatado problemas quanto à forma de estocagem e monitoramento das toras, além de erros na contagem e classificação do material. Em um relatório vistoria técnica realizado no ano passado, afirma o ISA, analistas chegaram a afirmar que o canteiro de obras tinha se trans-

formado em um "sumidouro de madeira". O Ministério Público Federal (MPF) no Pará conduz um processo interno de investigação sobre o caso.

Um cadastro social feito pela Norte Energia aponta que cerca de 7 mil famílias que vivem nas áreas de igarapés do rio Xingu terão de ser realocadas por conta do enchimento do reservatório. Muitas dessas famílias vivem em palafitas, barracos de madeira suspensos nas margens do rio. As estimativas apontam que mais de 20 mil pessoas terão de mudar de endereço até o fim deste ano.

Com 11.233 megawatts (MW) de potência, Belo Monte terá uma geração média de 4.571 MW por ano, quando estiver operando a plena carga, a partir de 2019. Duses, a maior parte de suas turbinas não poderá funcionar, por conta do período seco do Xingu.

### Amec quer julgamento do processo contra a União

Ana Paula Ragazzi

A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) encaminhou carta à Comissão de Valo-

res Mobiliários (CVM) por conta de

processo sancionar aberto pela au-

tarquia contra a União Federal. O processo apura se a União descumpriu o artigo 115, parágrafo 1 da Lei das S. A.. O artigo diz que o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia e que será considerado voto abusivo aquele exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas ou a obter vantagem ou

A União solicitou termo de compromisso, buscando um acordo para encerrar o processo sem que haja um julgamento. A CVM não dá mais detalhes sobre o proce mas o Valor apurou que ele foi aberto por conta do voto da União em assembleia da Eletrobras, pos-

que possa resultar em prejuízo pa-

ra a empresa ou outros acionistas.

sivelmente por conta da renovação antecipada das concessões.

Na carta, o presidenta da Amec, Mauro Cunha, roga à CVM para que o processo seja levado a julgamento, sem a aceitação de termo de compromisso. A carta não faz referência à existência de processo contra a Eletrobras, mas destaca que não tem "conhecimento de precedente de processo administrativo sancionador instaurado contra a União enquanto acionista controladora de empresas de capital aberto". Por essa razão pede à CVM que haja um julgamento.

processo em seu mérito, é absolutamente essencial que seja criada jurisprudência a respeito do verdadeiro papel do acionista controlador de empresas de economia mista. Somente assim será possível ao investidor tomar suas decisões sabendo exatamente quais são as obrigações deste controlador, notadamente em situações de conflitos de interesse", diz a carta.

"Independente do resultado do

# MRS bate recorde de carga e lucro cresce 6,6%

**Ferrovia** 

Ivo Ribeiro De São Paulo

Ao superar um primeiro semestre fraco, devido ao período de chuvas no início de 2013 e de problemas operacionais em alguns clientes, a concessionária de ferrovias MRS Logística conseguiu recuperar seu desempenho no transporte de cargas na segunda metade do ano. Assim, fechou o ano com novo recorde, ao carregar 156,1 milhões de toneladas, a maior parte de minério de ferro, carvão, coque, aço, grãos e açúcar.

Na última linha do balanço, a MRS apresentou lucro líquido de R\$ 469,4 milhões, com aumento de 6,6% em relação a 2012. O Ebitda (lucro antes de juro, impostos,

depreciação e amortização) atingiu R\$ 1,217 bilhão, o que gerou expansão de 9% sobre o ano anterior. A receita líquida da companhia no ano passado, teve ligeira alta de 1,6%, para R\$ 3,04 bilhões.

O desempenho operacional e financeiro da empresa foi puxado por redução de custos ao longo de 2013 por aumento do volume transportado, destacou Fabrícia Gomes de Souza, diretora de finanças e de desenvolvimento da MRS.

Controlada pelas siderúrgicas CSN, Usiminas e Gerdau e pela mineradora Vale, a concessionária, que tem operações nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, fechou o ano com dívida líquida de R\$ 2,38 bilhões. Em alavancagem financeira, encerrou com relação de 1,96 vez o Ebitda gerado (recuo de 3,9%).

Sobre o balanço do quarto trimestre, a diretora disse que o resultado foi reflexo do aumento do transporte de carga no segundo semestre e do maior controle de custos. "Em outubro, batemos recorde de transporte de carga em um mês, com quase 15 milhões de toneladas", afirmou. No trimestre, a MRS carregou 41,6 milhões de toneladas, 6,2% a mais do que em igual período de 2012.

A empresa encerrou o quarto trimestre de 2013 com alta de 42,6% no lucro líquido, em R\$ 153 milhões, na comparação anual. A receita líquida totalizou R\$ 923 milhões — 8,4% maior que um ano atrás. O Ebitda foi de 364 milhões, com crescimento de 32.7%. A margem, na comparação anual,

passou de 35,4% para 43,1%. A carga da MRS é formada em 75% por minério de ferro, carvão e coque. O restante, carga geral, inclui aço, contêineres até produtos agrícolas (milho, soja e açúcar).

Na sexta-feira, o conselho de administração da empresa recomendou que os acionistas aprovem o orçamento da companhia para 2014, com proposta de um custeio de R\$ 2,395 bilhões e investimentos de R\$ 996,4 milhões, para uma previsão de transportar 174,2 milhões de toneladas úteis ao longo do ano o que representaria crescimento de 11,5% sobre 2013 — e receita bruta de R\$ 3,747 bilhões, quase 13% superior.

O orçamento de investimentos proposto é dividido em R\$ 364,6 milhões na via permanente (malha férrea e pátios), R\$ 451,6 milhões em material rodante (locomotivas e vagões) e oficinas, R\$ 113,4 milhões em sistemas de eletroeletrônica (voltados principalmente para sinalização), R\$ 29,5 milhões em programa de saúde, meio ambiente e segurança e R\$ 37,3 milhões em gastos diversos.

No ao passado, a MRS investiu R\$ 909 milhões, sendo R\$ 360 milhões na sua via permanente, de pouco mais de 1.700 km e R\$ 300 milhões em material rodante.

Segundo a ata da reunião do conselho, o custeio dos investimentos neste ano será atendido com recursos da geração operacional de caixa, com R\$ 223 milhões decorrentes da retenção da parcela de 50% dos lucros a distribuir e a parte restante com financiamento. Grande parte do recursos de terceiros vem do BNDES.

### **Curtas**

### Irani investe em MG

A fabricante de papel kraft e embalagens de papelão ondulado Celulose Irani investirá R\$ 200 milhões para a expansão da capacidade de produção na fábrica de Santa Luzia (MG) e para a construção de uma nova unidade produtora de embalagens no Estado. A empresa quer modernizar e ampliar a capacidade de produção da máquina de papel (MP) 7, das atuais 60 mil toneladas anuais para 86,4 mil toneladas anuais. A nova fábrica de embalagens, por sua vez, tem capacidade de produção estimada em 60 mil toneladas por ano. O investimento tem início previsto para 2014 e término em 2017.

### **IPO da IMS Health**

A IMS Health Holdings, multinacional de pesquisa e fornecimento de conteúdo para a indústria farmacêutica, está na etapa final de preparação de sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), em operação que pode avaliar a companhia em US\$ 7 bilhões, segundo agencias de notícias. A IMS, que pertence às firmas de private equity TPG, Leonard Green & Partners e o fundo de pensão Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB), deve iniciar em breve o período de apresentação aos investidores ("roadshow"), com expectativa de início de negociação em duas semanas. A expectativa é levantar US\$ 1 bilhão com a oferta.

## Vendas internas sobem 3,3% no acumulado até fevereiro

Química

Stella Fontes

De São Paulo

As vendas internas de produtos químicos de uso industrial subiram 4,63% em fevereiro, na comparação anual, de acordo com dados preliminares da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Na comparação com janeiro, houve queda de 7,24%. Com esse desempenho, no acumulado do primeiro bimestre, as vendas internas subiram 3,27% frente ao mesmo intervalo de 2013.

Já o índice de produção de químicos recuou 12,91% em fevereiro, frente a janeiro, com retração de

3,21% no acumulado dos dois primeiros meses do ano. "As empresas aproveitaram o início do ano, que tradicionalmente é mais calmo no setor, para realizar paradas programadas para manutenção, impactando a produção. Além das paradas, fevereiro teve três dias a menos do que janeiro, o que acaba tendo impacto em um setor que

opera em regime de processo contínuo", explica a associação.

Diante disso, o índice de utilização da capacidade instalada da indústria química ficou em 73% no mês passado, com queda de dez pontos percentuais frente a janeiro e de cinco pontos na comparação com fevereiro de 2013. Na média do bimestre, o nível operacional do segmento de produtos químicos de uso industrial ficou em 78%, comparável a 80% no primeiro bimestre do ano passado.

Segundo a Abiquim, o consumo aparente nacional, importante medida da demanda no país, de produtos químicos caiu 0,5% nos dois primeiros meses do ano. Em 12 meses até fevereiro houve alta de 6,5%